



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Acordam os Juízes que compõem o Tribunal Colectivo:

1. RELATÓRIO

O magistrado do MP requereu o julgamento, em processo comum com a intervenção do Tribunal Colectivo de

1. António José Fortunato Maria, também conhecido por "Tó Zé Cigano", solteiro, nascido a 11/08/76, em Covilhã, filho de Francisco José Maria e de Maria Clotilde Fortunato, residente no Centro Penitenciário de Valladolid, em Espanha;

2. Francisco José Maria, casado, nascido a 19/12/43, em Penamacor, filho de Isabel Maria, residente na Carretera Viana-Tudela, km 15,5, Iscar, Boecillo, em Valladolid ou Av. da Puente Blanca, s/n, Iscar, Boecillo, em Valladolid, Espanha;

3. Maria Clotilde Fortunato, casada, nascida a 19/10/42, em Sabugal, filha de António Fortunato e de Maria Alice, residente na Carretera Viana-Tudela, km 15,5, Iscar, Boecillo, em Valladolid ou Av. da Puente Blanca, s/n, Iscar, Boecillo, em Valladolid, Espanha;

4. João Carlos Soares de Almeida Carrola, solteiro, nascido a 13/07/80, em Fundão, filho de Raul da Conceição Carrola e de Maria Soares de Almeida da Conceição Carrola, residente na Rua do Parque Desportivo, nº 9 A, em Fundão, imputando-lhes a prática dos seguintes crimes:

Os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato, em co-autoria e concurso real, treze crimes de burla relativa a trabalho, p. e p. pelo art. 222º, nº 1 do Código Penal¹, treze crimes de escravidão, p. e p. pelo art. 159º, alínea a), em concurso ideal com tantos outros crimes de maus tratos, coacção grave e sequestro, p. e p., respectivamente, pelos arts. 152º-A, nº 1, alíneas a) e c), 154º, nº 1, 155º, nº 1, alíneas a) e b) e 158º, nºs 1 e 2, alíneas a), b) e e);

O arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, como autor material e na forma consumada, dois crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo art. 160º, nº 1, alíneas b) e d).

José Manuel Cruz deduziu pedido de indemnização civil contra os arguidos, pedindo a sua condenação, solidária, a pagar-lhe o valor global de €200.000,00 a título de danos morais - € 150.000,00 - e patrimoniais

¹ Diploma a que se reportam as demais disposições legais sem menção de origem.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

- € 50.000,00-, conforme requerimento que está a fls. 881 e sgs e que aqui reproduzimos.

Apenas o arguido Carrola apresentou contestação, oferecendo o merecimento dos autos.

O processo seguiu para julgamento ao qual se veio a realizar com a observância de todo o legal formalismo, conforme da respectiva acta melhor se alcança. O processo continua isento de nulidades, questões prévias ou incidentais, que cumpra conhecer e, obstem à apreciação do mérito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. FACTOS PROVADOS

1.O arguido António José Fortunato Maria é filho dos arguidos Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato, casados entre si, sendo estes amigos do arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola.

2.Em data não apurada, mas anterior ao ano 2001, os arguidos Francisco José Maria, Maria Clotilde Fortunato e António José Fortunato Maria decidiram, de comum acordo, em comunhão de esforços e de fins, posteriormente com a colaboração do arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, angariar indivíduos em Portugal, todos com dificuldades económicas, desempregados, quase sempre com dependências do álcool ou diminuídos a nível cognitivo, em suma indivíduos indigentes e provenientes de famílias desestruturadas.

3.Os arguidos prometiam, então, a tais indivíduos trabalho em Espanha, na agricultura, em troca de um ordenado, geralmente de 250,00 € mensais, todas as refeições, alojamento e tabaco diário. Logo que os visados acediam a tais promessas, quando não eram obrigados pela força física a aceder, eram levados pelo arguido António Fortunato para uma Quinta na localidade de Iscar - Boecillo, perto de Valladolid, em Espanha, onde se encontravam os arguidos Francisco e Maria.

4.Ali chegados, aos trabalhadores eram-lhes retirados todos os documentos de identificação, pelos arguidos, e instalados num armazém, que servia de galinheiro, onde havia galinhas e pombos, sem quaisquer condições de higiene ou salubridade, dormiam em velhos colchões retirados do lixo, no chão, sendo presos pelos pulsos, por uma corrente de ferro e cadeado, todos aqueles que os arguidos António, Francisco e Maria suspeitassem que pretendiam fugir, sendo ainda o armazém fechado pelos mesmos arguidos, para que nenhum daqueles trabalhadores pudesse sair. Todos os indivíduos eram obrigados a



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

trabalhar na lavoura, contra a sua vontade, quase sempre desde o nascer do dia até ao anoitecer, por vezes pela noite dentro, todos os dias, na sementeira ou apanha da batata, cenoura, cebola e alho, quase sempre 12, 14 ou 16 horas diárias e por vezes 18 e 20 horas diárias, sempre sob a vigilância atenta e permanente dos arguidos, descansando apenas nos dias e períodos em que as máquinas avariavam.

5.A prestação do trabalho era negociado pelos arguidos com os agricultores locais, sendo o mesmo depois prestado pelos ofendidos, em diversas propriedades perto de onde se encontram sediados, para onde eram transportados pelos arguidos num veículo ligeiro de passageiros. A remuneração do trabalho prestado era paga pelos agricultores aos arguidos, que a recebiam por conta dos ofendidos, que nada pagavam a estes. Ou seja, os ofendidos nunca recebiam qualquer quantia em dinheiro, nunca lhe tendo sido pagos, pois, quaisquer vencimentos. Os trabalhadores eram alimentados pelos arguidos, invariavelmente, ao pequeno almoço com uma caneca de café e um pão, ao almoço com uma sandes e ao jantar com um prato de massa, arroz ou batatas acompanhadas com frango, que era confeccionado pela arguida Maria Clotilde. Os ofendidos eram mantidos acordados até à meia-noite, todos os dias, momento em que eram obrigados a participar numa reza, e só depois de tal acto podiam dormir.

6.Sempre que os ofendidos protestavam contra as condições de trabalho, alimentação ou, simplesmente, referiam que pretendiam regressar a Portugal, eram de imediato agredidos pelo arguido António e Francisco, a murro e pontapé ou com golpes de uma bengala de junco com uma moca na extremidade, e ameaçados de morte por todos os arguidos, como frequentemente os ameaçavam dizendo que lhes batiam até os "deixarem em coma".Enquanto os ofendidos dormiam no armazém, nas condições referidas, que era fechado à chave, por fora, os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato dormiam nuns anexos do mesmo armazém, onde tinham quartos, uma cozinha e uma sala, de onde controlavam os ofendidos enquanto estes dormiam ou se encontravam no interior do armazém.

Concretizando:

A. O JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES FERNANDES, também conhecido por "Saramago".

7. Em data não apurada de 2001, os arguidos Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato abordaram a progenitora do ofendido José António Rodrigues Fernandes, Ana Paula Rodrigues Horta Gil, convencendo-a a deixar levar aquele seu filho para Espanha, a fim de trabalhar na agricultura, mediante a promessa de um vencimento mensal de 250,00 €, acrescido de alimentação, alojamento e tabaco, ao que o próprio ofendido José António também acedeu.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

O José António foi então levado para Espanha, pelos arguidos, e alojado no armazém supra referido, sendo que inicialmente, durante aproximadamente dois anos, foi-lhe pago o acordado, ou seja 250,00 € mensais, passando depois a receber 150,00 € mensais.

O ofendido nunca reclamou da redução do salário.

O José António só regressou a Portugal, em Fevereiro de 2007, por intervenção da Guardia Civil Espanhola, após o arguido António Fortunato ter sido preso em Espanha, por delitos praticados contra um cidadão espanhol.

B.RUI MANUEL RODRIGUES HORTA, também conhecido por "Saramago" e CARLOS RODRIGUES HORTA.

Em meados de Julho de 2005, os ofendidos Rui Manuel Rodrigues Horta e Carlos Rodrigues Horta solicitaram à sua irmã, a já referida Ana Paula Gil, que lhes arranjasse trabalho em Espanha, uma vez que estavam desempregados. Posto o que, telefonou ao arguido António José Fortunato Maria, ao qual deu conta da pretensão dos seus irmãos, o qual logo ali se deslocou ainda nesse dia.

Após contactar com os ofendidos Rui e Carlos, o arguido António prometeu-lhes, então, trabalho em Espanha, na agricultura, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, acrescido de alimentação, alojamento e tabaco. Promessas às quais os ofendidos acederam. Chegados a Espanha foram alojados no armazém referido, onde encontraram o seu sobrinho José António Rodrigues Fernandes, tendo os arguidos lhes retirado os documentos de identificação. Estes ofendidos foram depois obrigados pelos arguidos a trabalhar nas condições supra referidas, sendo que a arguida Maria Clotilde lhes dizia frequentemente que "se fugissem os prendia com correntes".

O ofendido Rui logrou conseguir fugir do armazém, numa noite do mês de Agosto de 2005, tendo-se apresentado num posto policial da Guardia Civil, que lhe forneceram roupa e alimentação e o colocaram no comboio com destino à cidade da Guarda, onde chegou no dia 12/08/2005. Este ofendido foi, então, submetido a exame pericial médico, no GML da Guarda, onde foram detectadas e examinadas as lesões descritas no relatório de perícia de avaliação do dano corporal em direito penal de fls. 11 e 12, cujo teor aqui se dá por reproduzido, designadamente, ali se refere que aquele "... apresenta múltiplos hematomas e escoriações em diferentes fases de evolução" em diversas partes do corpo, designadamente na perna, anca, costas e ombros.

Tais lesões são o resultado dos diversos espancamentos desferidos pelo arguido António José Fortunato Maria, enquanto o ofendido permaneceu em Espanha, com recurso à já referida bengala de junco.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Após chegar a Portugal, devido ao alterado estado psíquico e emocional em que se encontrava, causado pelas condutas dos arguidos, o ofendido Rui Horta esteve internado no Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHCB, com vista à recuperação da sua saúde mental.

Relativamente ao ofendido Carlos Horta, para além da referida ida para Espanha em Julho de 2005, na companhia do seu irmão Rui, como acima se referiu, já havia ali estado a trabalhar para os arguidos, nas mesmas circunstâncias, desde há cerca de 2 anos àquela data, ou seja desde 2003.

Sendo que, na altura (2003) o arguido António José Fortunato Maria prometeu-lhe o pagamento de 20,00 € por dia, comida, alojamento e tabaco. Sucede que, de igual forma, também o ofendido Carlos Horta esteve a trabalhar nas mesmas condições dos demais trabalhadores e seu irmão Rui, apenas lhe tendo sido pago, em 2 anos de trabalho, a quantia de 150,00 € e um maço de tabaco diariamente.

Foi ameaçado por diversas vezes e agredido fisicamente por uma vez pelos arguidos, tendo presenciado vários espancamentos aos outros trabalhadores, designadamente ao seu irmão Rui Horta.

Logrou fugir aos arguidos, tal como o seu irmão, mas apenas um mês depois deste, ou seja em Setembro de 2005, tendo chegado a Portugal, também, por intermédio da Guardia Civil espanhola, que o ajudou, tendo os seus documentos de identificação ficado na posse dos arguidos, tal qual aconteceu com o seu irmão Rui.

C. BRUNO MIGUEL DUARTE ESTEVES, também conhecido por "inchado".

Em data não apurada do ano 2003, o arguido António José Fortunato Maria contactou com o ofendido Bruno Miguel Duarte Esteves, que se encontrava desempregado, ao qual prometeu trabalho em Espanha, a troco de uma boa remuneração e boas condições de trabalho, ao que este acedeu.

Foi então levado para Espanha por aquele arguido e instalado no já referido armazém, com as condições mencionadas, onde o ofendido, como os demais trabalhadores que ali se encontravam acolhidos, tomava banho com uma mangueira e fazia as necessidades fisiológicas no exterior do armazém.

Pouco tempo depois de ter chegado a Espanha, o Bruno referiu ao arguido António José Fortunato Maria que pretendia regressar a Portugal.

Acto continuo, o arguido António agarrou o Bruno e, pela força, meteu-o dentro de uma carrinha, marca Mercedes-Benz, modelo VITO, de cor azul, local onde lhe desferiu vários murros, pontapés e golpes com a bengala de junco, como ainda lhe disse, com foros de seriedade, que, se tentasse fugir o matava.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Após o que, durante os dois anos seguintes em que o ofendido Bruno ali permaneceu, a trabalhar para os arguidos, dormiu sempre preso pelos pulsos, por uma corrente de ferro, que era fechada com um cadeado, e era presa ao chão por ferros chumbados, por forma a que aquele não tentasse a fuga.

Em data não apurada dos mês de Outubro ou Novembro de 2004, aproveitando a ausência do arguido António José Fortunato Maria, que se tinha deslocado a Portugal, ali se encontrando apenas os arguidos Maria Clotilde e Francisco, o Bruno solicitou a estes que o soltassem para que pudesse satisfazer as suas necessidades fisiológicas no exterior do armazém. Pedido aceite, o Bruno aproveitou a oportunidade para se colocar em fuga, pelos campos agrícolas, até chegar a uma estrada, onde conseguiu uma boleia até Portugal.

No dia 29 de Agosto de 2005, pelas 23H30, junto à Garagem de São João, na Covilhã, onde se encontrava o Bruno Esteves, na companhia das suas amigas Ana Patrícia Gonçalves Mendes e Carina Isabel Mendes Vilão, ali chegou o arguido António José Fortunato Maria, na companhia de um outro indivíduo que não se logrou apurar a identificação, fazendo-se transportar numa carrinha de caixa fechada, marca RENAULT, de cor verde escura. O arguido António chamou junto de si o Bruno e ordenou-lhe que entrasse na carrinha, o que este fez com receio de represálias contra a sua integridade física por parte daquele arguido.

Foi então transportado, pelo arguido, para o mesmo armazém em Espanha, onde anteriormente havia estado, e obrigado a trabalhar nas condições já referidas, sendo que desta vez não foi acorrentado.

Alguns meses depois de ali se encontrar, aproveitando a circunstância de o arguido António José Fortunato Maria ter sido preso pelas autoridades judiciais espanholas, ficando a vigilância dos trabalhadores entregue aos arguidos Francisco e Maria Clotilde, de idade já avançada, o Bruno aproveitou a oportunidade para, uma vez mais, fugir para Portugal.

D. RICARDO MANUEL PEREIRA dos SANTOS.

Em Setembro ou Outubro de 2003, por divergências com a sua progenitora, Carmelinda Maria dos Santos Pereira, que foi residir para Coja, em Arganil, o ofendido Ricardo Manuel Pereira dos Santos, que ainda ali residiu alguns dias, poucos, decidiu ir viver para a cidade do Fundão, sem paradeiro e rendimentos certos, não tendo dado conhecimento à mãe.

À data, o Ricardo era ainda menor de idade, revelando traços de uma personalidade rebelde, que havia determinado a sua institucionalização no "Abrigo de São José", nesta cidade.

Nessa altura, numa noite em que vagueava pela cidade do Fundão, foi abordado pelo arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, que



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Ihe disse "Ouve lá, andas para aqui a passar fome, não queres ir para Espanha que eu arranjo-te lá trabalho?".

Como o ofendido já andava desesperado, sem apoio da família, em situação de desemprego e com fome, acedeu a acompanhar este arguido até ao bar "Woodstock", sita nesta cidade, onde lhe mencionou as condições de trabalho na Espanha, referindo-lhe que o trabalho era na agricultura, que iria ganhar dinheiro para se governar, que ninguém o iria tratar mal e que não mais iria passar fome.

Passado cerca de uma hora chegou ao bar "Woodstock" o arguido António José Fortunato Maria, tendo sido apresentado ao ofendido, pelo arguido Carrola, como sendo o indivíduo que lhe iria dar trabalho em Espanha, tendo o arguido António renovado as promessas de trabalho e remuneração condignas.

De seguida, o ofendido foi com o arguido António até à localidade de Teixoso, a convite deste, divertirem-se numa casa de alterne, de onde saíram em direcção ao Fundão, onde foram ao encontro da arguida Maria Clotilde, após o que saíram todos em direcção ao aeródromo da Covilhã, onde pernottaram.

Nessa altura, já no aeródromo da Covilhã, o ofendido disse ao arguido António Fortunato que não queria ir para Espanha naquele momento, uma vez que não havia avisado ninguém da sua família, podendo estes ficar preocupados com o seu desaparecimento.

Acto contínuo, o arguido António Fortunato dirigiu-se à bagageira do carro, de onde retirou uma bengala de junco, desferindo com a mesma vários golpes nas costas e pernas do ofendido Ricardo, que lhe causaram dores e incómodos, referindo-lhe que, a partir daquele momento, quem mandava era ele (arguido).

De forma a não deixarem fugir o ofendido, este foi colocado a dormir no assento da retaguarda, enquanto os arguidos António e Maria dormiram nos assentos da frente, tendo estes trancado o veículo.

Ainda de madrugada, os arguidos seguiram em direcção a Castelo Branco, onde o António José Fortunato Maria se dirigiu à GNR, alegadamente para entregar a sua carta de condução, para apreensão, enquanto o ofendido ficou no veículo, donde foi impedido de sair pela arguida Maria Clotilde.

Acto contínuo, seguiram os três para Espanha, onde chegaram cerca das 11H00, tendo o ofendido logo começado a trabalhar, após lhe terem sido retirados os documentos de identificação pelos arguidos, não almoçando nesse dia, porquanto os restantes trabalhadores já o haviam feito. Nesse dia só comeu o jantar, depois de regressar do trabalho.

À noite foi acorrentado pelos pulsos, nas mesmas circunstâncias em que se encontrava o ofendido Bruno Esteves, como se



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

encontravam ainda acorrentados o Joaquim de Aldeia de Santa Margarida e o David de Valverde.

O Ricardo Santos dormiu acorrentado, ininterruptamente, durante um ano. Durante o tempo que esteve a trabalhar para os arguidos, mais de 3 anos, não recebeu destes qualquer quantia pecuniária, como foi agredido fisicamente pelo arguido António José Fortunato Maria inúmeras vezes, com a bengala de junco, sempre que reclamava por ter fome, frio ou estar exausto para trabalhar.

De igual forma, durante todo aquele tempo, ainda que o ofendido tivesse pedido, por diversas vezes, aos arguidos que o deixassem telefonar para a família, estes nunca o deixaram.

No dia 5 de Janeiro de 2007, o arguido António José Fortunato Maria foi preso pela Guardia Civil, passando os ofendidos a ser controlados, a partir desse dia, apenas pelos arguidos Francisco e Maria, tendo enfraquecido, em razão de tal circunstância, a vigilância e controlo daqueles, como o receio de represálias, face à idade avançada dos arguidos.

Assim, no dia 02 de Fevereiro de 2007, à noite, após o ofendido Ricardo ter pedido aos arguidos para sair do armazém, a fim de urinar, não tendo sido controlado por ninguém, aproveitou a oportunidade para encetar fuga, apeado, até à localidade de Mojados, sita a cerca de 6 km de Iscar, onde pediu ajuda à Guardia Civil, que o levaram para a sede local da Cruz Vermelha espanhola, onde pernitoiu.

Só no dia 05 de Fevereiro de 2007 o ofendido Ricardo conseguiu boleia, num camião TIR, com um motorista de Castelo Branco, que o deixou na estação de serviço da CEPESA, área do Fundão, na A23.

E.LUÍS MANUEL DE SOUSA

Em data não apurada do mês de Agosto de 2004, o ofendido Luís Manuel de Sousa, que à data se encontrava desempregado, foi contactado pelo arguido António José Fortunato Maria, que lhe ofereceu trabalho em Espanha, na agricultura, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, todas as refeições, alojamento e tabaco diário, ao que o ofendido Luís acedeu.

Após ter sido levado para Espanha por aquele arguido, que o instalou no referido armazém, com as condições mencionadas, o ofendido foi obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias, desde as 07H00 até às 22H00 ou 23H00, sem qualquer dia de descanso, durante cerca de 4 meses que ali esteve.

Nesse período de tempo foi agredido fisicamente por 4 distintas vezes, pelo arguido António José Fortunato Maria, com golpes desferidos pela já referida bengala de junco, que lhe causaram dores e



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

incómodos. De igual forma, durante todo aquele período de tempo, o ofendido dormiu acorrentado pelos arguidos, nas condições já acima referidas, como nunca recebeu qualquer remuneração pelo trabalho prestado.

O ofendido Luís só logrou fugir do local, em data não apurada, mas posteriormente ao Natal de 2004, quando os arguidos necessitaram da corrente e cadeado com que o prendiam à noite, para amarrar um outro indivíduo de nacionalidade portuguesa, chamado Leonel.

Posto o que, durante a noite, fugiu em direcção a Valladolid, regressando a Portugal à boleia.

Nunca apresentou queixa contra os arguidos, como ainda não apresentou, por recear represálias contra a sua integridade física e vida, uma vez que foi ameaçado pelos arguidos que, se o fizesse, o matavam.

F.JOSÉ MÁRIO dos SANTOS SILVA

No dia 14 de Junho de 2006, no Centro Comercial Acrópole, em Fundão, o ofendido José Mário dos Santos Silva foi abordado pelo arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, que lhe perguntou se queria ir para Espanha trabalhar, por conta do arguido António José Fortunato Maria, dando-lhe as melhores referências deste, que era boa pessoa, pagava bem e que iria ser bem tratado, tendo logo telefonado para o arguido António Fortunato.

Posto o que, cerca de 2 horas depois, estava já o ofendido no bar do Sporting, nesta cidade, quando ali apareceu o arguido António José Fortunato Maria, que o convenceu a ir trabalhar para si, em Espanha, na agricultura, após lhe ter prometido que iria ganhar muito dinheiro. Chegados a Espanha, o ofendido foi instalado no armazém, referido ao início, tendo-lhe sido retirados os todos os documentos de identificação, e obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias em que ali permaneceu.

Por todo o trabalho que prestou, durante cerca de 8 meses, os arguidos nada pagaram ao ofendido Luís, tendo-lhe fornecido, apenas, um maço de tabaco diariamente.

Apesar de nunca ter sido agredido fisicamente, presenciou por diversas vezes outros trabalhadores serem agredidos pelos arguidos, designadamente o ofendido Ricardo com um murro na cabeça, desferido pelo arguido António Fortunato.

No entanto, a arguida Maria Clotilde ainda o ameaçou, dizendo-lhe que não o deixaria regressar a Portugal.

No dia 10 de Fevereiro de 2007, aproveitando uma falha de vigilância dos arguidos Francisco e Maria, uma vez que o arguido António já se encontrava preso, conseguiu encetar fuga, juntamente com o José Manuel, de alcunha "O P'ro", tendo estado escondidos durante uma semana num outro



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

armazém, sendo ajudados durante esse tempo por um cidadão espanhol, tendo regressado a Portugal de comboio.

G.JOSÉ MANUEL LUCAS da CRUZ.

Também conhecido por "P'ro" No dia 03 de Maio de 2001, no Centro Comercial Acrópole, em Fundão, o ofendido José Manuel Lucas da Cruz foi abordado pelo arguido António José Fortunato Maria, que lhe perguntou se queria ir trabalhar para Espanha, por sua conta, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, todas as refeições, alojamento e tabaco diário.

Como o ofendido estava desempregado, logo acedeu às promessas do arguido e foi com este para Espanha, não tendo avisado nenhum familiar, pelo que o seu irmão, no dia 16/07/03, junto da PSP de Castelo Branco, participou o seu desaparecimento há 16 meses.

Chegados a Espanha, o ofendido foi instalado no armazém, referido ao início, tendo-lhe sido retirados todos os documentos de identificação, e obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias em que ali permaneceu.

Passados cerca de 3 meses, após ali ter chegado, por ter bebido uma cerveja, contra a vontade do arguido António José Fortunato Maria, foi por este agredido, com murros e pontapés, que lhe causaram dores e incómodos.

Por todo o trabalho que prestou, durante quase 7 anos, os arguidos nada pagaram ao ofendido José Manuel, tendo-lhe fornecido, apenas, um maço de tabaco diariamente.

O ofendido foi sempre impedido pelos arguidos de regressar a Portugal, só o tendo feito quando, no dia 10 de Fevereiro de 2007, logrou fugir do armazém, juntamente com o ofendido José Mário dos Santos Silva, como acima se referiu.

Não obstante, nesse período, os arguidos transportaram-no por uma vez a Portugal, com vista à renovação do bilhete de identidade, não o tendo deixado falar com ninguém da sua família, como o obrigaram a assinar o recibo para que fosse o arguido António José Fortunato Maria a levantar o seu BI, como sucedeu.

Quando o arguido António José Fortunato Maria foi preso em Espanha, pelas autoridades policiais, ameaçou todos os trabalhadores que se abandonassem a Quinta, quando saísse da prisão os procurava e lhes partia as pernas, o que causou grande receio em todos eles.

H.JOAQUIM MANUEL RIBEIRO HENRIQUES, também conhecido por "Sardini".



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Em idênticas circunstâncias aos demais, foi o ofendido Joaquim Manuel Ribeiro Henriques, doente do foro psiquiátrico, em tratamento no Hospital Amato Lusitano, em Castelo Branco, levado para Espanha pelos arguidos, em data não apurada do ano 2003, sensivelmente pelo Natal. Como foi instalado no armazém e obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, nas circunstâncias já anteriormente referidas, tendo regressado a Portugal apenas no mês de Abril de 2007, quando logrou fugir aos arguidos.

I. Nas mesmas condições encontravam-se, ainda, os ofendidos António, de alcunha "o Becas", de Aldeia Nova do Cabo, o Ricardo, também conhecido por "Zarolho", o David, também conhecido por "Gorila", de Valverde e o Francisco, do Fundão, que para ali foram levados pelos arguidos e sujeitos às mesmas condições de vida e de trabalho, supra referidas, que os demais ofendidos. Com efeito, o trabalho era executado pelos ofendidos, que era "contratado" pelos arguidos, com os donos dos terrenos agrícolas onde aqueles laboravam, sendo os arguidos, também, quem sempre receberam as contrapartidas financeiras referentes ao trabalho prestado pelos ofendidos, fazendo suas tais importâncias em dinheiro.

Os ofendidos - José Cruz, Carlos e Rui Horta, Bruno Esteves, Luís Sousa, Ricardo Santos, José Mário, Joaquim Henriques, António, de alcunha "o Becas", de Aldeia Nova do Cabo, o Ricardo, também conhecido por "Zarolho", o David, também conhecido por "Gorila", de Valverde e o Francisco, do Fundão, trabalhavam de "sol a sol", todos os dias da semana, sem que tivessem tido qualquer dia de descanso. Trabalharam, pois, os ofendidos, sempre sob as ordens e subordinação dos arguidos, aproveitando-se estes da modesta situação social, económica, cultural e familiar daqueles. Dia e noite eram os ofendidos vigiados pelos arguidos, como alguns eram acorrentados durante a noite, evitando os arguidos, assim, que aqueles fugissem, o que os mesmos pensaram fazer por várias vezes, só não o consumando, todos os trabalhadores, por terem medo dos arguidos. Sistemáticamente, os ofendidos eram agredidos e ameaçados pelos arguidos, sem quaisquer motivos ou razões, por vezes perante simples pedidos ou comentários. Tais agressões ocorriam quase sempre à frente dos restantes trabalhadores, de forma a incutir medo em todos os demais.

Os ofendidos não se podiam deslocar, por sua iniciativa, a qualquer povoação ou outro lugar, sendo impedidos de comunicar com quaisquer familiares ou amigos e quando lhes era consentido fazer-no eram vigiados pelos arguidos. Os documentos pessoais dos ofendidos eram-lhes retirados pelos arguidos, logo que chegavam a Espanha, ficando na posse destes. Não tinham, pois, os ofendidos qualquer liberdade física de movimento, ou outra, sendo tratados como "coisas" ou "animais", pertença dos arguidos, sem qualquer respeito pela dignidade que merece qualquer ser humano.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato agiram livre, voluntária e conscientemente, em comunhão de esforços e identidade de fins: - Com intenção de ofenderem corporalmente os ofendidos, como efectivamente ofenderam, bem sabendo que a sua conduta era adequada a neles causar dores e lesões corporais.- Com intenção de causarem receio, medo e inquietação nos ofendidos, como efectivamente causaram, constrangendo-os a trabalhar e a viver da forma supra descrita, sem o mínimo de condições de habitabilidade, privacidade, higiene, alimentação, trabalho e convivência, apropriando-se das contraprestações financeiras do trabalho prestado por aqueles. - Com intenção de, de forma reiterada, ao longo dos meses, maltrataram física e psicologicamente, os ofendidos, sobrecarregando-os com trabalhos excessivos, por forma a subjugar-los inteiramente à sua vontade e caprichos, privando-os de toda e qualquer liberdade, nomeadamente liberdade física de movimentos, liberdade de decisão e liberdade de acção, reduzindo-os a "coisa" sua e a um estado de sujeição total, tratando-os como seres destituídos de dignidade humana.

O arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, que conhecia bem os demais arguidos, sabia que estes não tinham qualquer empresa ou exploração agrícola, bem assim que maltratavam os ofendidos e os destinavam a ser explorados a seu bel-prazer no trabalho para outrem, apropriando-se das contrapartidas financeiras do trabalho prestado por aqueles.

Agiu, pois, este arguido, livre, voluntária e conscientemente com intenção ludibriar os ofendidos a trabalhar para os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato, mediante promessas que sabia não corresponderem à realidade.

Com a conduta descrita revelam, os arguidos, não possuir qualquer respeito para com os ofendidos, enquanto pessoas e seres humanos, violando os mais elementares princípios e deveres da vida humana, bem assim da vida em sociedade.

Sabiam, os arguidos que tais condutas lhes eram proibidas e punidas pela lei penal.

O arguido Francisco Maria está reformado auferindo € 500,00/mês; sabe ler estando casado com a arguida Maria Clotilde; esta não sabe ler nem escrever tendo 2 filhos em comum. O arguido António Maria encontra-se detido em Espanha em cumprimento de pena, sendo filho do Francisco e da Clotilde, com quem vivia; o arguido Carrola está desempregado; vive com os pais tendo o 9.º ano de escolaridade.

2.2. Factos não provados



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

1. O José António nunca foi agredido pelos arguidos nem ameaçado por aqueles contra a sua integridade física, por motivos fúteis. Durante o tempo que o ofendido esteve em Espanha, a trabalhar sob a alçada dos arguidos, estes controlaram sempre os seus movimentos, mesmo quando telefonava à sua progenitora, como ali o mantiveram contra a sua vontade e alojado nas condições degradantes supra referidas.

Para que a progenitora não procurasse resgatar o ofendido José António, em Julho de 2005, data em que o arguido António José se deslocou ao Fundão para levar os tios maternos daquele, contactou com a Ana Paula Gil, à qual entregou 50,00 €, referindo-lhe que tinha sido o seu filho a enviar-lhos, que estava bem e que só não regressava a Portugal porque tinha "fugido à tropa", o que não era verdade.

2. 3. Motivação ²

O Tribunal motivou a sua decisão, no confronto dos seguintes elementos de prova:

1.declarações dos arguidos; quanto às suas condições económicas e sociais; a arguida Clotilde confirma a presença dos ofendidos no local descrito na acusação e que trabalhavam para estes na agricultura; no mais, nega a existência de qualquer violência exercida contra estes, dizendo que lhes pagava o ordenado acordado. Neste particular esta negação é afastada pelos depoimentos isentos e minuciosos dos ofendidos.

2. Declarações das testemunhas/assistente:

I. O assistente refere que os arguidos lhe propuseram trabalhar em Espanha, por sua conta, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, todas as refeições, alojamento e tabaco diário.

Como o ofendido estava desempregado, logo acedeu às promessas com estes para Espanha, não tendo avisado nenhum familiar, pelo que o seu irmão, no dia 16/07/03, junto da PSP de Castelo Branco, participou o seu desaparecimento há 16 meses.

Chegados a Espanha, o ofendido foi instalado no armazém, referido ao início, tendo-lhe sido retirados todos os documentos de identificação, e obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias em que ali permaneceu.

² A razão de ser da exigência da exposição, ainda que concisa, dos meios de prova é, não só permitir aos sujeitos processuais e ao Tribunal de recurso o exame do processo lógico ou racional que subjaz à formação da convicção do julgador, como assegurar a inexistência de violação do princípio da inadmissibilidade das proibições de prova.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Passados cerca de 3 meses, após ali ter chegado, por ter bebido uma cerveja, contra a vontade do arguido António José Fortunato Maria, foi por este agredido, com murros e pontapés, que lhe causaram dores e incómodos.

Por todo o trabalho que prestou, durante quase 7 anos, os arguidos nada pagaram ao ofendido José Manuel, tendo-lhe fornecido, apenas, um maço de tabaco diariamente.

O ofendido foi sempre impedido pelos arguidos de regressar a Portugal, só o tendo feito quando, no dia 10 de Fevereiro de 2007, logrou fugir do armazém, juntamente com o ofendido José Mário dos Santos Silva, como acima se referiu.

Não obstante, nesse período, os arguidos transportaram-no por uma vez a Portugal, com vista à renovação do bilhete de identidade, não o tendo deixado falar com ninguém da sua família, como o obrigaram a assinar o recibo para que fosse o arguido António José Fortunato Maria a levantar o seu BI, como sucedeu.

Quando o arguido António José Fortunato Maria foi preso em Espanha, pelas autoridades policiais, ameaçou todos os trabalhadores que se abandonassem a Quinta, quando saísse da prisão os procurava e lhes partia as pernas, o que causou grande receio em todos eles.

II. A testemunha Carlos Horta, irmão da Ana Paula Gil, diz que meados de Julho de 2005, solicitou - ele e seu irmão Rui - à sua irmã, a já referida Ana Paula Gil, que lhes arranjasse trabalho em Espanha, uma vez que estavam desempregados. Posto o que, telefonou ao arguido António José Fortunato Maria, ao qual deu conta da pretensão dos seus irmãos, o qual logo ali se deslocou ainda nesse dia.

Após contactar com os ofendidos Rui e Carlos, o arguido António prometeu-lhes, então, trabalho em Espanha, na agricultura, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, acrescido de alimentação, alojamento e tabaco. Promessas às quais os ofendidos acederam. Chegados a Espanha foram alojados no armazém referido, onde encontraram o seu sobrinho José António Rodrigues Fernandes, tendo os arguidos lhes retirado os documentos de identificação. Estes ofendidos foram depois obrigados pelos arguidos a trabalhar nas condições referidas pelo assistente, sendo que a arguida Maria Clotilde lhes dizia frequentemente que "se fugissem os prendia com correntes". Mais refere que o Rui logrou conseguir fugir do armazém, numa noite do mês de Agosto de 2005, tendo-se apresentado num posto policial da Guardia Civil, que lhe forneceram roupa e alimentação e o colocaram no comboio com destino à cidade da Guarda. Sabe que aí foi, então, submetido a exame pericial médico, no GML da Guarda, onde foram detectadas e examinadas as lesões descritas no relatório de perícia de avaliação do dano corporal em direito penal de fls. 11 e 12, cujo teor aqui se dá por reproduzido,



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

designadamente, ali se refere que aquele "...apresenta múltiplos hematomas e escoriações em diferentes fases de evolução" em diversas partes do corpo, designadamente na perna, anca, costas e ombros - este particular foi confirmado pelo inspector da PJ Fernando da Cruz.

Diz que tais lesões são o resultado dos diversos espancamentos desferidos pelo arguido António José Fortunato Maria, enquanto o ofendido permaneceu em Espanha, com recurso à já referida bengala de junco.

Esclarece que após chegar a Portugal, devido ao alterado estado psíquico e emocional em que se encontrava, causado pelas condutas dos arguidos, o ofendido Rui Horta esteve internado no Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHCB, com vista à recuperação da sua saúde mental.

Diz que esteve a trabalhar nas mesmas condições dos demais trabalhadores e seu irmão Rui, apenas lhe tendo sido pago, em 2 anos de trabalho, a quantia de 150,00 € e um maço de tabaco diariamente. Foi ameaçado por diversas vezes e agredido fisicamente por uma vez pelos arguidos, tendo presenciado vários espancamentos aos outros trabalhadores, designadamente ao seu irmão Rui Horta.

Logrou fugir aos arguidos, tal como o seu irmão, mas apenas um mês depois deste, ou seja em Setembro de 2005, tendo chegado a Portugal, também, por intermédio da Guardia Civil espanhola, que o ajudou, tendo os seus documentos de identificação ficado na posse dos arguidos, tal qual aconteceu com o seu irmão Rui.

III. A testemunha BRUNO MIGUEL DUARTE ESTEVES, refere, de forma objectiva e clara, que em data não apurada do ano 2003, o arguido António José Fortunato Maria lhe prometeu trabalho em Espanha, a troco de uma boa remuneração e boas condições de trabalho, ao que este acedeu.

Foi então levado para Espanha por aquele arguido e instalado no já referido armazém, com as condições já mencionadas pelos anteriores depoentes. Que, pouco tempo depois de ter chegado a Espanha, referiu ao arguido António José Fortunato Maria que pretendia regressar a Portugal e que, acto continuo, o arguido António agarrou - o pela força e meteu-o dentro de uma carrinha, marca Mercedez-Benz, modelo VITO, de cor azul, local onde lhe desferiu vários murros, pontapés e golpes com a bengala de junco, como ainda lhe disse, com foros de seriedade, que, se tentasse fugir o matava.

Após o que, durante os dois anos seguintes em que ali permaneceu, a trabalhar para os arguidos, dormiu sempre preso pelos pulsos, por uma corrente de ferro, que era fechada com um cadeado, e era presa ao chão por ferros chumbados, por forma a que aquele não tentasse a fuga. Mais refere que em data não apurada dos meses de Outubro ou Novembro de 2004,



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

aproveitando a ausência do arguido António José Fortunato Maria, que se tinha deslocado a Portugal, ali se encontrando apenas os arguidos Maria Clotilde e Francisco, o Bruno solicitou a estes que o soltassem para que pudesse satisfazer as suas necessidades fisiológicas no exterior do armazém. Pedido aceite, o Bruno aproveitou a oportunidade para se colocar em fuga, pelos campos agrícolas, até chegar a uma estrada, onde conseguiu uma boleia até Portugal.

Que no dia 29 de Agosto de 2005, pelas 23H30, junto à Garagem de São João, na Covilhã, ali chegou o arguido António José Fortunato Maria, na companhia de um outro indivíduo que não se logrou apurar a identificação, fazendo-se transportar numa carrinha de caixa fechada, marca RENAULT, de cor verde escura. O arguido António chamou junto de si o Bruno e ordenou-lhe que entrasse na carrinha, o que este fez com receio de represálias contra a sua integridade física por parte daquele arguido; neste particular a testemunha Carina Isabel, que aí se encontrava com o ofendido, confirma a versão deste.

Foi então transportado, pelo arguido, para o mesmo armazém em Espanha, onde anteriormente havia estado, e obrigado a trabalhar nas condições já referidas, sendo que desta vez não foi acorrentado.

Alguns meses depois de ali se encontrar, aproveitando a circunstância de o arguido António José Fortunato Maria ter sido preso pelas autoridades judiciais espanholas, ficando a vigilância dos trabalhadores entregue aos arguidos Francisco e Maria Clotilde, de idade já avançada, o Bruno aproveitou a oportunidade para, uma vez mais, fugir para Portugal.

IV. O ofendido Ricardo confirma as declarações dos restantes, dizendo, ainda, que por divergências com a sua progenitora, Carmelinda Maria dos Santos Pereira, que foi residir para Coja, em Arganil, decidiu ir viver para a cidade do Fundão, sem paradeiro e rendimentos certos, não tendo dado conhecimento à mãe. Que esteve institucionalizado no "Abrigo de São José", na cidade do Fundão. Sua mãe confirma estes factos.

Refere, ainda, que numa noite em que vagueava pela cidade do Fundão, foi abordado pelo arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, que lhe disse "Ouve lá, andas para aqui a passar fome, não queres ir para Espanha que eu arranjo-te lá trabalho?".

Como o ofendido já andava desesperado, sem apoio da família, em situação de desemprego e com fome, acedeu a acompanhar este arguido até ao bar "Woodstock", sita nesta cidade, onde lhe mencionou as condições de trabalho na Espanha, referindo-lhe que o trabalho era na agricultura, que iria ganhar dinheiro para se governar, que ninguém o iria tratar mal e que não mais iria passar fome.

Passado cerca de uma hora chegou ao bar "Woodstock" o arguido António José Fortunato Maria, tendo sido apresentado ao ofendido,



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

pelo arguido Carrola, como sendo o indivíduo que lhe iria dar trabalho em Espanha, tendo o arguido António renovado as promessas de trabalho e remuneração condignas.

De seguida, o ofendido foi com o arguido António até à localidade de Teixoso, a convite deste, divertiram-se numa casa de alterne, de onde saíram em direcção ao Fundão, onde foram ao encontro da arguida Maria Clotilde, após o que saíram todos em direcção ao aeródromo da Covilhã, onde pernoitaram.

Nessa altura, já no aeródromo da Covilhã, o ofendido disse ao arguido António Fortunato que não queria ir para Espanha naquele momento, uma vez que não havia avisado ninguém da sua família, podendo estes ficar preocupados com o seu desaparecimento.

Acto continuo, o arguido António Fortunato dirigiu-se à bagageira do carro, de onde retirou uma bengala de junco, desferindo com a mesma vários golpes nas costas e pernas do ofendido Ricardo, que lhe causaram dores e incómodos, referindo-lhe que, a partir daquele momento, quem mandava era ele (arguido).

De forma a não o deixarem fugir, este foi colocado a dormir no assento da retaguarda, enquanto os arguidos António e Maria dormiram nos assentos da frente, tendo estes trancado o veículo.

Ainda de madrugada, os arguidos seguiram em direcção a Castelo Branco, onde o António José Fortunato Maria se dirigiu à GNR, alegadamente para entregar a sua carta de condução, para apreensão, enquanto o ofendido ficou no veículo, donde foi impedido de sair pela arguida Maria Clotilde.

Acto contínuo, seguiram os três para Espanha, onde chegaram cerca das 11H00, tendo o ofendido logo começado a trabalhar, após lhe terem sido retirados os documentos de identificação pelos arguidos, não almoçando nesse dia, porquanto os restantes trabalhadores já o haviam feito. Nesse dia só comeu o jantar, depois de regressar do trabalho.

À noite foi acorrentado pelos pulsos, nas mesmas circunstâncias em que se encontrava o ofendido Bruno Esteves, como se encontravam ainda acorrentados o Joaquim de Aldeia de Santa Margarida e o David de Valverde.

O Ricardo Santos dormiu acorrentado, ininterruptamente, durante um ano. Durante o tempo que esteve a trabalhar para os arguidos, mais de 3 anos, não recebeu destes qualquer quantia pecuniária, como foi agredido fisicamente pelo arguido António José Fortunato Maria inúmeras vezes, com a bengala de junco, sempre que reclamava por ter fome, frio ou estar exausto para trabalhar.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

De igual forma, durante todo aquele tempo, ainda que o ofendido tivesse pedido, por diversas vezes, aos arguidos que o deixassem telefonar para a família, estes nunca o deixaram.

No dia 5 de Janeiro de 2007, o arguido António José Fortunato Maria foi preso pela Guardia Civil, passando os ofendidos a ser controlados, a partir desse dia, apenas pelos arguidos Francisco e Maria, tendo enfraquecido, em razão de tal circunstância, a vigilância e controlo daqueles, como o receio de represálias, face à idade avançada dos arguidos, pelo que fugiu.

V. O Luís Manuel de Sousa, que à data se encontrava desempregado, diz foi contactado pelo arguido António José Fortunato Maria, que lhe ofereceu trabalho em Espanha, na agricultura, mediante o pagamento de um vencimento mensal de 250,00 €, todas as refeições, alojamento e tabaco diário, ao que o ofendido Luís acedeu.

Após ter sido levado para Espanha por aquele arguido, que o instalou no referido armazém, com as condições mencionadas, o ofendido foi obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias, desde as 07H00 até às 22H00 ou 23H00, sem qualquer dia de descanso, durante cerca de 4 meses que ali esteve.

Diz que nesse período de tempo foi agredido fisicamente por 4 vezes, pelo arguido António José Fortunato Maria, com golpes desferidos pela já referida bengala de junco, que lhe causaram dores e incómodos. De igual forma, durante todo aquele período de tempo, o ofendido dormiu acorrentado pelos arguidos, nas condições já acima referidas, como nunca recebeu qualquer remuneração pelo trabalho prestado.

O ofendido Luís só logrou fugir do local, em data não apurada, mas posteriormente ao Natal de 2004, quando os arguidos necessitaram da corrente e cadeado com que o prendiam à noite, para amarrar um outro indivíduo de nacionalidade portuguesa, chamado Leonel.

Posto o que, durante a noite, fugiu em direcção a Valladolid, regressando a Portugal à boleia.

Nunca apresentou queixa contra os arguidos, como ainda não apresentou, por recear represálias contra a sua integridade física e vida, uma vez que foi ameaçado pelos arguidos que, se o fizesse, o matavam.

VI. Também o ofendido José Mário dos Santos Silva, no dia 14 de Junho de 2006, no Centro Comercial Acrópole, em Fundão, foi abordado pelo arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, que lhe perguntou se queria ir para Espanha trabalhar, por conta do arguido António José Fortunato Maria, dando-lhe as melhores referências deste, que era boa pessoa, pagava bem e que iria ser bem tratado, tendo logo telefonado para o arguido António Fortunato.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Posto o que, cerca de 2 horas depois, estava já o ofendido no bar do Sporting, nesta cidade, quando ali apareceu o arguido António José Fortunato Maria, que o convenceu a ir trabalhar para si, em Espanha, na agricultura, após lhe ter prometido que iria ganhar muito dinheiro. Chegados a Espanha, o ofendido foi instalado no armazém, referido ao início, tendo-lhe sido retirados os todos os documentos de identificação, e obrigado a trabalhar, contra a sua vontade, todos os dias em que ali permaneceu.

Por todo o trabalho que prestou, durante cerca de 8 meses, os arguidos nada pagaram ao ofendido Luís, tendo-lhe fornecido, apenas, um maço de tabaco diariamente.

Apesar de nunca ter sido agredido fisicamente, presenciou por diversas vezes outros trabalhadores serem agredidos pelos arguidos, designadamente o ofendido Ricardo com um murro na cabeça, desferido pelo arguido António Fortunato.

No entanto, a arguida Maria Clotilde ainda o ameaçou, dizendo-lhe que não o deixaria regressar a Portugal. Que no dia 10 de Fevereiro de 2007, aproveitando uma falha de vigilância dos arguidos Francisco e Maria, uma vez que o arguido António já se encontrava preso, conseguiu encetar fuga, juntamente com o José Manuel, de alcunha "O P'ro", tendo estado escondidos durante uma semana num outro armazém, sendo ajudados durante esse tempo por um cidadão espanhol, tendo regressado a Portugal de comboio.

3. A condenação do arguido António José decorre da decisão que está a fls. 329 a 342. Importou, ainda, para a melhor decisão, os certificados do registo criminal de fls. 741 e 742.

4. Os factos não provados resultam da ausência absoluta de prova, sendo que a testemunha José António nega as agressões e ameaças por parte dos arguidos, na sua pessoa. Por outro lado, dizem os restantes ofendidos que este seria uma espécie de capataz, devidamente acarinhado pelos arguidos.

3. O DIREITO

I. Do crime de escravidão.

No que toca a todas as formas de escravatura ou práticas similares elas têm a sua previsão criminal no Capítulo IV do Título I do Livro II, artigos 153.º a 162.º - os factos dos autos foram todos praticados em momento anterior à profunda reforma instituída pela Lei n.º 59/07 de 4 de Setembro - .

Tem este Capítulo a epígrafe "Dos crimes contra a liberdade pessoas". Nele contemplam-se os crimes de ameaça à liberdade, 153.º, de



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

coacção, 154.º, de coacção grave, 155.º, de sequestro, 158.º, de rapto, 160.º, de tomada de reféns, 161.º e, em especial, o crime de escravidão, no artigo 159.º

Preceitua tal norma que quem: a) Reduzir outra pessoa ao estado ou à condição de escravo; ou b) Alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação prevista na alínea anterior; é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos."

Como é sabido, o tratamento jurídico da escravidão foi abundante no âmbito quer do Código Penal de 1852, quer do Código Penal de 1886, designadamente em sede de interpretação do artigo 328.º, que previa e punia o cativo, mas apenas o cativo de homem livre: "Todos os que sujeitarem a cativo algum homem livre, serão condenados a prisão..."

Porém, com a entrada no século XX vão rareando as referências à jurisprudência sobre casos de escravidão registados em Portugal.

Apesar disso, a escravidão veio a ser introduzida como tipo de crime no Código Penal de 1982, então como artigo 161.º.

O legislador, impressionado com a inexistência de casos de condenações pelo crime "e por se ter em conta que o direito penal não deve reduzir-se a uma função meramente simbólica [...] foi colocada à Comissão de Revisão do CP 1982 a questão se este tipo legal se devia manter no CP ou se devia ser eliminado" - no seio da Comissão Revisora o autor do Projecto, Professor Eduardo Correia, salientou o acordo geral sobre a punição deste crime, de harmonia com a Convenção de Genebra sobre a escravatura e com as nossas concepções ético-sociais, em que a liberdade das pessoas surge como valor fundamental, devendo a escravatura não só ser punida, mas ainda sê-lo duramente.

À interpretação do preceito não podem ser alheios os documentos internacionais supra mencionados, designadamente a Convenção sobre a escravatura de 1926 e a Convenção suplementar de 1956.

Da primeira é essencial o entendimento sobre escravatura: "Artigo 1.º

1.º A escravatura é o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exerce todos ou quaisquer atributos do direito de propriedade."

Deve julgar-se que o Código Penal acolhe esta noção, e, inclusive, acolhe expressamente a dicotomia estado ou condição na saliência de que não se trata de um repetição inútil já que "estado é uma situação mais permanente que condição.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, diz que: (Artigo 4.º) Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.";



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Por seu turno, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, declara, no seu artigo 4.º, que: 1. Ninguém pode ser mantido em escravatura ou em servidão. 2. Ninguém pode ser constrangido a realizar um trabalho forçado ou obrigatório.

No Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos - artigo 8.º -: 1 - Ninguém será submetido a escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, sob todas as suas formas, são interditos. 2 - Ninguém será mantido em servidão e ninguém será constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório.

Para a verificação do estado da situação julgada nestes autos, perante a realidade legal portuguesa, será pois da maior utilidade analisar a norma supra referida - estará em causa a alínea a) da dita norma -, sendo que é nosso entendimento, que o trabalho forçado ou compulsivo é ainda escravidão ou prática análoga se a pessoa é para esse efeito objectiva e facticamente, tratada como coisa, como um ser destituído de dignidade humana e, portanto, como algo que não é titular de personalidade jurídica, mas apenas objecto de direitos, objecto do domínio do agente.

Pensamos que o legislador pretendeu incluir na norma, o trabalho realizado em condições análogas à de escravo, como um dos principais exemplos de exploração humana na contemporaneidade, antítese do direito fundamental ao trabalho digno.

O direito brasileiro consagra no Código Penal, mais especificamente em seu art. 149, a punição da escravatura - Quem reduzir alguém a condição análoga de escravo terá a pena de reclusão, de dois a oito anos".

Tal dispositivo teve a sua redacção alterada pela Lei nº. 10.803/2003, para ficar assim estabelecido: Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º - Nas mesmas penas incorre quem: I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º - A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I - contra criança ou adolescente; II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem."

A alteração legislativa, segundo alguns, decorreu do facto de que o tipo penal antes apresentado era vago, o que praticamente inviabilizava a sua aplicação prática.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Entre o agente o sujeito passivo se estabelece uma relação tal, que o primeiro apodera -se totalmente da liberdade pessoal do segundo, ficando este reduzido, de facto, a um estado de passividade idêntica àqueles que viviam em cativeiro.

Neste crime, o bem jurídico protegido vai além da liberdade pessoal passando pela tutela da dignidade ou personalidade humana individual. Quanto à liberdade individual, a sua violação é plasmada na imposição de relação de dependência firmada entre as vítimas e o sujeito activo, seja por intermédio de pressão psicológica, seja pela retenção de documentos ou de outros meios aptos a provocar receio aos sujeitos passivos do crime. Violação esta que é feita com a utilização de certos meios que a torna degradante para a condição humana - não se trata de simples detenção em cativeiro, mas de toda e qualquer situação em que se estabeleça a submissão da vítima à posse e dominação de outrem -.

Para estas situações temos outras normas que protegem esses valores da liberdade, tais como o crime de sequestro e de rapto.

De facto, comete o crime de sequestro, previsto e punível pelo artigo 158º, n.º 1 quem "detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade".

O bem jurídico protegido é a liberdade de locomoção, ou seja, a liberdade física de mudar de lugar, a possibilidade de se deslocar de um local para outro, ou dito de outra forma, a conduta pelo tipo de sequestro consiste em privar outra pessoa da liberdade de se deslocar, da liberdade de mudar de lugar.

Mais se dirá que e, diferentemente do que sucede no crime de coacção, onde poderá existir o objectivo de afectação da liberdade de movimentos, impedindo alguém de dirigir-se para determinado local ou constringendo a abandonar determinado local, já, diferentemente, no crime de sequestro não se trata de uma mera restrição da liberdade de movimentos, mas da sua (total) privação.

No crime de sequestro previsto no artigo 158º, n.º 1, por seu lado, o bem jurídico protegido é a liberdade física de uma pessoa, "o jus ambulandi", a liberdade ambulatória, que é afectado por todos os actos ilegítimos restritivos do direito ambulatória de uma pessoa.

Com o crime de sequestro visa-se proteger a liberdade ambulatória da pessoa humana, ou seja, o seu direito de se deslocar no espaço físico, de não ser confinada a determinado lugar.

Trata-se de um crime de resultado, que se consuma logo que a privação da liberdade de locomoção da vítima se produz, e de execução permanente, perdurando a consumação até ao momento em que cessa aquela privação.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Concordamos com a doutrina quando proclama a suficiência, para verificação de tais crimes, do dolo genérico - no caso da escravidão exige-se que o agente, sejam quais forem as suas motivações ou finalidades, represente e queira reduzir a outra pessoa à categoria de mero objecto do seu poder fáctico de disposição - e que o crime de escravidão está em concurso aparente com os crimes de sequestro, rapto, ameaça ou coacção ³.

II. Do crime de burla relativa a trabalho;

Vêm, ainda, os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato, em co-autoria e concurso real, acusados da prática de treze crimes de burla relativa a trabalho, p. e p. pelo art. 222.º, n.º 1 do Código Penal.

Preceitua o artigo 222.º n.º 1. "Quem, com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, causar a outra pessoa prejuízo patrimonial, através de aliciamento ou promessa de trabalho ou emprego no estrangeiro, é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias. 2. Com a mesma pena é punido quem, com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, causar a pessoa residente no estrangeiro prejuízo patrimonial, através de aliciamento ou promessa de trabalho ou emprego em Portugal. 3. É correspondentemente aplicável o disposto nos números 2 e 3 do artigo 206.º e no n.º 2 do artigo 218.º"

O texto deste artigo foi introduzido pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, não havendo anteriormente qualquer dispositivo legal incriminando especialmente a burla relativa a trabalho ou emprego. O n.º 3 sofreu uma alteração decorrente da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, que não implicou diferente regime, tendo sido ditada apenas pela introdução do n.º 1 do artigo 206.º.

Conforme se acentuou na exposição de motivos da Proposta de Lei enviada pelo Governo à Assembleia da República, aos casos especiais já previstos acrescentou-se um novo tipo, qualificado, referente ao aliciamento ou promessa de trabalho ou emprego que envolvam a deslocação de trabalhadores de um Estado para outro. Estas condutas sujeitam frequentemente os trabalhadores a condições muito precárias, configurando-se como particularmente desvaliosas e censuráveis, merecendo este crime uma moldura penal de até 5 anos de prisão ou uma pena de multa até 600 dias, podendo elevar-se, nos casos mais graves para pena de prisão de 2 a 8 anos.

Decorre da sua leitura que esta norma visa proteger a promessa de trabalho que envolva a deslocação de trabalhadores de um país para outro - entendem alguns autores que esta norma se torna desnecessária e

³ Taipa de Carvalho, Comentário Conimbricense, I, pág. 424 a 426)



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

até confusa, atenta a redacção da norma que tipifica a burla qualificada -⁴, não deixando de configurar uma norma que essencialmente protege o património.

No entanto, como supra referimos, considerando que a conduta dos arguidos abrange a escravidão, que contém também e já, os elementos deste tipo legal de crime, a sua estrutura afasta/consume a existência (em concurso real) dos outros crimes imputados aos arguidos, nomeadamente o crime de burla relativa ao trabalho.

Ora, não temos dúvidas que na decisão em crise, a aplicação da norma que pune a escravidão vai muito além deste bem jurídico - pretende esta norma proteger os trabalhadores que se deslocam de um Estado para outro, já que, estas condutas sujeitam frequentemente os trabalhadores a condições muito precárias, configurando-se como particularmente desvaliosas e censuráveis -, estruturando-o já, pelo que afasta/consume a aplicação do crime de burla.

Não existe, por isso, qualquer forma de concurso real de normas.

No caso dos autos, dúvidas não temos, que os arguidos, com as suas condutas, que se prolongaram no tempo e só terminaram pelo facto do arguido António José ter sido preso para cumprimento de pena, praticaram o crime de escravidão na pessoa dos ofendidos José Cruz, Carlos e Rui Horta, Bruno Esteves, Luís Sousa, Joaquim Henriques, Ricardo Santos, José Mário, António, de alcunha "o Becas", de Aldeia Nova do Cabo, o Ricardo, também conhecido por "Zarolho", o David, também conhecido por "Gorila", de Valverde e o Francisco, do Fundão.

De facto, em data não apurada, mas anterior ao ano 2001, os arguidos Francisco José Maria, Maria Clotilde Fortunato e António José Fortunato Maria decidiram, de comum acordo, em comunhão de esforços e de fins, posteriormente com a colaboração do arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, angariar indivíduos em Portugal, todos com dificuldades económicas, desempregados, quase sempre com dependências do álcool ou diminuídos a nível cognitivo, em suma indivíduos indigentes e provenientes de famílias desestruturadas. Os arguidos prometiam, então, a tais indivíduos trabalho em Espanha, na agricultura, em troca de um ordenado, geralmente de 250,00 € mensais, todas as refeições, alojamento e tabaco diário.

Logo que os visados acediam a tais promessas, quando não eram obrigados pela força física a aceder, eram levados pelo arguido António Fortunato para uma Quinta na localidade de Iscar - Boecillo, perto de Valladolid, em Espanha, onde se encontravam os arguidos Francisco e Maria.

Ali chegados, aos trabalhadores eram-lhes retirados todos os documentos de identificação, pelos arguidos, e instalados num armazém, que

⁴ Por ex. a anotação ao artigo 222.º do Comentário Conimbricense do Código Penal ; págs.334-337.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

servia de galinheiro, onde havia galinhas e pombos, sem quaisquer condições de higiene ou salubridade, dormiam em velhos colchões retirados do lixo, no chão, sendo, presos pelos pulsos, por uma corrente de ferro e cadeado, todos aqueles que os arguidos António, Francisco e Maria suspeitassem que pretendiam fugir, sendo ainda o armazém fechado pelos mesmos arguidos, para que nenhum daqueles ofendidos pudesse sair.

Todos os indivíduos eram obrigados a trabalhar na lavoura, contra a sua vontade, quase sempre desde o nascer do dia até ao anoitecer, por vezes pela noite dentro, todos os dias, na sementeira ou apanha da batata, cenoura, cebola e alho, quase sempre 12, 14 ou 16 horas diárias e por vezes 18 e 20 horas diárias, sempre sob a vigilância atenta e permanente dos arguidos, descansando apenas nos dias e períodos em que as máquinas avariavam.

A prestação do trabalho era negociado pelos arguidos com os agricultores locais, sendo o mesmo depois prestado pelos ofendidos, em diversas propriedades perto de onde se encontram sediados, para onde eram transportados pelos arguidos num veículo ligeiro de passageiros. A remuneração do trabalho prestado era paga pelos agricultores aos arguidos, que a recebiam por conta dos ofendidos, que nada pagavam a estes. Ou seja, os ofendidos nunca recebiam qualquer quantia em dinheiro, nunca lhes tendo sido pagos, pois, quaisquer vencimentos. Os trabalhadores eram alimentados pelos arguidos, invariavelmente, ao pequeno-almoço com uma caneca de café e um pão, ao almoço com uma sandes e ao jantar com um prato de massa, arroz ou batatas acompanhadas com frango, que era confeccionado pela arguida Maria Clotilde. Os ofendidos eram mantidos acordados até à meia-noite, todos os dias, momento em que eram obrigados a participar numa reza a imposição da arguida Clotilde, e só depois de tal acto podiam dormir.

Sempre que os ofendidos protestavam contra as condições de trabalho, alimentação ou, simplesmente, referiam que pretendiam regressar a Portugal, eram de imediato agredidos pelo arguido António e Francisco, a murro e pontapé ou com golpes de uma bengala de junco com uma moca na extremidade, e ameaçados de morte por todos os arguidos, como frequentemente os ameaçavam dizendo que lhes batiam até os "deixarem em coma". Enquanto os ofendidos dormiam no armazém, nas condições referidas, que era fechado à chave, por fora, os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato dormiam nuns anexos do mesmo armazém, onde tinham quartos, uma cozinha e uma sala, de onde controlavam os ofendidos enquanto estes dormiam ou se encontravam no interior do armazém.

Os ofendidos não se podiam deslocar, por sua iniciativa, a qualquer povoação ou outro lugar, sendo impedidos de comunicar com quaisquer familiares ou amigos e quando lhes era consentido fazer-no eram vigiados pelos arguidos.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Os documentos pessoais dos ofendidos eram-lhes retirados pelos arguidos, logo que chegavam a Espanha, ficando na posse destes. Não tinham, pois, os ofendidos qualquer liberdade física de movimento, ou outra, sendo tratados como "coisas" ou "animais", pertença dos arguidos, sem qualquer respeito pela dignidade que merece qualquer ser humano. Relevamos, ainda, o período de "tempo de reclusão" dos ofendidos - por exemplo, o arguido Ricardo dormiu acorrentado durante 1 ano -.

Os arguidos António José Fortunato Maria, Francisco José Maria e Maria Clotilde Fortunato agiram livre, voluntária e conscientemente, em comunhão de esforços e identidade de fins: - Com intenção de ofenderem corporalmente os ofendidos, como efectivamente ofenderam, bem sabendo que a sua conduta era adequada a neles causar dores e lesões corporais. Com intenção de causarem receio, medo e inquietação nos ofendidos, como efectivamente causaram, constrangendo-os a trabalhar e a viver da forma supra descrita, sem o mínimo de condições de habitabilidade, privacidade, higiene, alimentação, trabalho e convivência, apropriando-se das contraprestações financeiras do trabalho prestado por aqueles. - Com intenção de, de forma reiterada, ao longo dos meses, maltrataram física e psicologicamente, os ofendidos, sobrecarregando-os com trabalhos excessivos, por forma a subjugar-los inteiramente à sua vontade e caprichos, privando-os de toda e qualquer liberdade, nomeadamente liberdade física de movimentos, liberdade de decisão e liberdade de acção, reduzindo-os a "coisa" sua e a um estado de sujeição total, tratando-os como seres destituídos de dignidade humana.

Consideramos pois, que os arguidos António José, Francisco José e Maria Clotilde praticaram tal ilícito, por 12 vezes, - ofendidos José Cruz, Carlos e Rui Horta, Bruno Esteves, Luís Sousa, Ricardo Santos, José Mário, Joaquim Henriques, António, de alcunha "o Becas", de Aldeia Nova do Cabo, o Ricardo, também conhecido por "Zarolho", o David, também conhecido por "Gorila", de Valverde e o Francisco, do Fundão - tantos quanto os ofendidos - nos precisos termos do artigo 30.º n.ºs 1 e 3 -.

Só não o fizeram em relação ao ofendido José António Fernandes, atenta a matéria fixada no Ponto 1 dos factos não provados.

De facto, em relação a este arguido não se provaram factos que possa imputar aos arguidos qualquer um dos crimes alinhavados na acusação.

III. Do crime de tráfico de pessoas;

Ao arguido João Carlos Carrola vem imputado a prática de dois crimes de tráfico de pessoas.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Diz a norma do artigo 160.º n.º 1 que quem: oferecer, entregar, aliciar...através de ardil ou manobra fraudulenta ou aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima... será punido com pena de prisão de três a dez anos.

Trata-se de um crime colocado no Código Penal pela alteração feita pela Lei n.º 59/07 de 4 de Setembro, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de Setembro de 2007.

Os factos imputados ao arguido são de Setembro/Octubro de 2003 e 14 de Junho de 2006.

Logo, por força da norma do artigo 1.º n.º 1 - Princípio da legalidade -, os actos praticados pelo arguido Carrola não são puníveis à sombra desta norma.

Também no catálogo dos crimes previstos no Código Penal ou legislação avulsa não encontramos qualquer norma violada pela actuação do arguido Carrola, sendo certo que a sua conduta não assume qualquer forma de cumplicidade - O actual Código Penal estabeleceu um conceito de cumplicidade, pelo menos do ponto de vista objectivo, muito mais vasto em extensão que o anterior, já que não refere formas vinculadas de actuação ou a essencialidade do auxílio. Por isso, para que se verifique cumplicidade, é necessário que o auxílio material ou moral venha facilitar o facto do autor, sem que ultrapasse o estágio de uma participação da execução, o que não acontece no caso dos autos.

Os factos pertinentes são imputáveis aos ora arguidos a título de co-autoria, na medida em que tomaram parte directa na sua execução, conjuntamente com outros indivíduos, mediante acordo prévio entre todos, nos termos previstos no art. 26.º.

Na verdade, se para a verificação da comparticipação criminosa sob a forma de co-autoria são essenciais a verificação de uma decisão conjunta visando a obtenção de determinado resultado (elemento subjectivo) e uma execução igualmente conjunta, já para a verificação dos elementos objectivos do crime (aqueles que se prendem com a sua execução propriamente dita) não é indispensável que cada um dos agentes intervenha em todos os actos a praticar para obtenção do resultado pretendido, bastando que a actuação de cada um, embora parcial, seja elemento componente do todo e indispensável à produção do resultado. A imputação basta-se com a mera consciência de colaboração na actividade dos demais, por parte de cada co-agente, desde que tenha havido um acordo prévio para a execução integral do crime, ainda que mero acordo tácito fundado na adesão da vontade de cada um à execução do crime. O que ocorre nos autos. A maior ou menor participação terá a ver com a fixação da medida concreta da pena.

IV. Da medida das penas;



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

A determinação do "quantum" da pena pautar-se-á pelo critério global constante no n.º 1, do art.º 71.º, rezando o mesmo que "a determinação da medida da pena, dentro dos limites fixados na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção".⁵ Mais se atenderá a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo, deponham a favor do agente ou contra ele, designadamente as enunciadas no n.º 2 do art.º 72.º.

Determinada a moldura penal abstracta correspondente ao crime em causa, numa segunda operação, é dentro dessa moldura penal, que funcionam todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime deponham a favor ou contra o agente, designadamente: O grau de ilicitude do facto, ou seja, o modo de execução deste e a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação de deveres impostos ao agente, a intensidade do dolo ou negligência, os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram, as condições pessoais do agente e a sua situação económica e a conduta anterior ao facto e posterior a este. A defesa da ordem jurídico - penal, tal como é interiorizada pela consciência colectiva (prevenção geral positiva ou de integração), é a finalidade primeira, que se prossegue, no quadro da moldura penal abstracta, entre o mínimo, em concreto, imprescindível à estabilização das expectativas comunitárias na validade da norma violada e o máximo que a culpa do agente consente; entre esses limites, satisfazem-se, quando possível, as necessidades da prevenção especial positiva ou de socialização.

Com a determinação de que sejam tomadas em consideração as exigências de prevenção geral, procura dar-se satisfação à necessidade da comunidade, de punição do caso concreto, tendo-se em conta, de igual modo, a premência da tutela dos respectivos bens jurídicos e com o recurso à vertente da prevenção especial, procura satisfazer-se as exigências de socialização do agente com vista à sua integração na comunidade. As expectativas da comunidade saem goradas, a confiança na validade das normas jurídicas esvai-se, o elemento dissuasor não passa de uma miragem, quando a medida concreta da pena não possui o vigor adequado à protecção dos bens jurídicos e à reintegração do agente na sociedade, respeitando o limite da culpa. Se uma pena de medida superior à culpa é injusta, uma pena insuficiente para satisfazer os fins da prevenção constitui um desperdício, no expressivo dizer do Supremo Tribunal de Justiça⁶.

Dando concretização aos vectores enunciados, o n.º 2 do art.º 71º, enumera, exemplificativamente, uma série de circunstâncias atendíveis

⁵ É, hoje, entendimento unânime da doutrina e da jurisprudência que tal há-de pautar-se pelos parâmetros definidos pela teoria da margem da liberdade.

⁶ Acórdão de 1.4.98, na Col.Jur. Ano 1998, Tomo 1, pág.175.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

para a graduação e determinação concreta da pena, que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor ou contra o agente.

Assim, consideramos: a gravidade - plasmada na matéria de facto provada - e persistência na conduta dos arguidos, com a intenção de "lucrarem" com tal actividade, as suas consequências para as vítimas, o facto de todos terem agido na forma mais intensa do dolo, as exigências cada vez maiores do cidadão na punição destes crimes, crimes estes que infelizmente vão grassando numa sociedade que começou a abolir a escravatura há mais de dois séculos - Decorria o reinado de D. José I, quando, em 12 de Fevereiro de 1761, a escravatura foi abolida por Marquês de Pombal na Metrópole e na Índia. Contudo, só pelo Decreto de 1854, os primeiros escravos a serem libertados foram os do Estado e mais tarde os da Igreja pelo Decreto de 1856. Com a lei de 25 de Fevereiro de 1869 proclamou-se a abolição da escravatura em todo o Império Português, até ao termo definitivo de 1878 - ⁷.

Para a fixação da pena consideramos, ainda, os antecedentes criminais do arguido António José, a cumprir pena de 6 anos de prisão no âmbito do Processo n.º 1/2003 da Audiência Provincial de Segóvia. Os restantes arguidos são primários.

Consideramos ainda a participação mais activa que os arguidos António José e Clotilde tiveram, na prática dos factos, uma acção mais intensa e, por isso, a exigir uma pena mais elevada.

Por outro lado, consideramos a ausência de antecedentes criminais dos arguidos Clotilde e Francisco; a idade destes arguidos.

Neste quadro, considerando as molduras penais aplicadas ao crime - 5 a 15 anos de prisão - em causa nestes autos, julgamos adequado e suficiente aplicar as seguintes penas parcelares: 6 (seis) anos de prisão para o arguido Francisco Maria; 7 (sete) anos de prisão para a arguida Maria Clotilde e 9 (nove) anos para o arguido António José, por cada um dos crimes cometidos - 12 no total -.

Apenas para referir que a reforma penal de 2007 manteve incólume a norma do artigo 159.º.

VI. Da pena única;

Uma vez que os arguidos cometeram estes factos todos, na mesma ocasião, por isso antes sequer, de ser condenado por qualquer um deles, estamos

⁷ Fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do presente decreto. Todos os indivíduos dos dois sexos, sem excepção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos, passarão à de libertos e gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos o deveres concedidos e impostos aos libertos pelo decreto de 19 de Dezembro de 1854." -D. Luís, Diário do Governo, 27 de Fevereiro de 1869.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

perante um quadro de concurso real de crimes, importando aplicar uma pena única, ponderando em conjunto, os factos e a personalidade dos agentes.

Dispõe o artigo 77.º que: 1. Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles é condenado numa única pena. Na medida da pena são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente. 2. A pena aplicável tem como limite máximo a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, não podendo ultrapassar 25 anos tratando-se de pena de prisão e 900 dias tratando-se de pena de multa; e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes. 3. Se as penas aplicadas aos crimes em concurso forem umas de prisão e outras de multa, a diferente natureza destas mantém-se na pena única resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nos números anteriores. 4. As penas acessórias e as medidas de segurança são sempre aplicadas ao agente, ainda que previstas por uma só das leis aplicáveis.

Com a efectivação do cúmulo de penas, são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente. O nosso sistema é um sistema de pena única em que o limite mínimo da moldura atendível é constituído pela mais grave das penas parcelares (numa concessão minimalista ao princípio da exasperação ou agravação - a punição do concurso correrá em função da moldura penal prevista para o crime mais grave, mas devendo a pena concreta ser agravada por força da pluralidade de crimes, sem que possa ultrapassar a soma das penas concretamente que seriam de aplicar aos crimes singulares). Em caso de concurso de infracções, a moldura penal abstracta desenha-se entre a mais grave das penas parcelares e a soma de todas as penas em concurso, devendo a pena única ser encontrada considerando em conjunto, os factos e a personalidade do agente que funciona como elemento aglutinador dado o seu carácter unitário.

Ora, na fixação da pena única haverá que atender que os factos foram todos praticados dentro do mesmo espaço temporal e físico, como consequência uns dos outros, estando os crimes intimamente ligados, sendo praticados dentro da mesma solicitação exterior, embora, juridicamente não seja crime continuado.

Assim sendo, julgamos adequado ao caso em análise fixar as seguintes penas únicas: 8 (oito) anos de prisão para o arguido Francisco José Maria - de 6 a 72 anos de prisão -; 12 (doze) anos de prisão para a arguida Maria Clotilde Fortunato - de 7 a 84 anos de prisão - e 20 (vinte) anos de prisão para o arguido António José Fortunato Maria - de 10 a 120 anos de prisão -.

V. Do pedido de indemnização civil;

O assistente José Manuel Cruz formula pedido indemnizatório contra os arguidos pedindo, desde logo, o valor do rendimento de trabalho não pago pelos arguidos, em valor não inferior a € 50.000,00.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

Ora, está demonstrado que o assistente realizou trabalhos para os arguidos António Maria e Francisco, durante cerca de 6 anos, sem qualquer remuneração. É certo que não estamos perante uma relação de trabalho ou sequer um contrato de prestação de serviço, já que, esses trabalhos foram realizados contra a vontade do ora assistente - vide a decisão sobre a matéria crime. No entanto, tais trabalhos, ilicitamente colhidos pelos arguidos, devem ser protegidos pelo direito.

Assim, considerando o tempo decorrido, os valores da remuneração praticados em Espanha - que o assistente invoca no seu requerimento - entendemos fixar tal valor em € 36.000,00 - 6 anos x (12 meses x €500,00).

Dispõe o art.º 496º do C. Civil que: 1. Na fixação da indemnização deve atender-se aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito ... 3. O montante da indemnização será fixado equitativamente pelo tribunal, tendo em atenção, em qualquer caso, as circunstâncias referidas no artigo 494, ou seja, o grau de culpa, contando especialmente o tipo de culpa (dolosa ou negligente); a situação económica do lesante e do lesado e as demais circunstâncias do caso que o justifiquem. E uma vez que a responsabilidade de indemnizar se funda aqui num facto ilícito, haverá que atender também à gravidade do facto, ao seu grau de ilicitude, pois que a indemnização a arbitrar tem de ser proporcionada a tal gravidade, dentro do tal critério de equidade, que deve respeitar "todas as regras da boa prudência, do bom senso prático, da justa medida das coisas, de criteriosa ponderação das realidades da vida"⁸.

Nestes termos, considerando a situação degradante e violenta em que o assistente sobreviveu durante cerca de 6 anos - reproduzimos aqui as considerações da parte criminal -, justifica atribuir-lhe uma indemnização no valor € 40.000,00.

4.DECISÃO

Atento todo o exposto, julgamos parcialmente procedente a acusação pública, em função do que:

1. Condenamos os arguidos:

I. António José Fortunato Maria, também conhecido por "Tó Zé Cigano", solteiro, nascido a 11/08/76, em Covilhã, filho de Francisco José Maria e de Maria Clotilde Fortunato, residente no Centro Penitenciário de Valladolid, em Espanha, na pena única de 20 (vinte) anos prisão pela prática, em

⁸ Pires de Lima e Antunes Varela, Código Civil Anotado, vol. 1.º, 2.ª ed., pág. 435-



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

co-autoria e concurso real, de doze crimes de escravidão, p. e p. pelo art. 159º, alínea a) - penas parcelares de 9 (nove) anos de prisão -;

II. **Francisco José Maria**, casado, nascido a 19/12/43, em Penamacor, filho de Isabel Maria, residente na Carretera Viana-Tudela, km 15,5, Iscar, Boecillo, em Valladolid ou Av. da Puente Blanca, s/n, Iscar, Boecillo, em Valladolid, Espanha, na pena única de 8 (oito) anos de prisão pela prática, em co-autoria e concurso real, de doze crimes de escravidão, p. e p. pelo art. 159º, alínea a) - penas parcelares de 6 (seis) anos de prisão - ;

III. **Maria Clotilde Fortunato**, casada, nascida a 19/10/42, em Sabugal, filha de António Fortunato e de Maria Alice, residente na Carretera Viana-Tudela, km 15,5, Iscar, Boecillo, em Valladolid ou Av. da Puente Blanca, s/n, Iscar, Boecillo, em Valladolid, Espanha, na pena única de 12 (doze) anos de prisão pela prática, em co-autoria e concurso real, de doze crimes de escravidão, p. e p. pelo art. 159º, alínea a) - penas parcelares de 7 (sete) anos de prisão - ;

2. Absolvemos o arguido João Carlos Soares de Almeida Carrola, solteiro, nascido a 13/07/80, em Fundão, filho de Raul da Conceição Carrola e de Maria Soares de Almeida da Conceição Carrola, residente na Rua do Parque Desportivo, nº 9 A, em Fundão, da prática de dois crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo art. 160º, nº 1, alíneas b) e d).

3. Absolvemos os arguidos António Fortunato, Maria Clotilde e Francisco José da prática de um crime de escravidão p. e p. pelo art. 159º, alínea a), e um outro de burla relativa a trabalho, p. e p. pelo art. 222º, nº 1, referente ao ofendido José António Fernandes;

4. Absolvemos os arguidos António Fortunato, Maria Clotilde e Francisco José da prática de 12 crimes de burla relativa a trabalho, p. e p. pelo art. 222º, nº 1;

3. Pagarão os arguidos António Fortunato, Maria Clotilde e Francisco José 3 (três) Ucs de taxa de justiça , a que acresce 1% nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 13º do Dec. Lei n.º 423/91 de 30/10 e a procuradoria que fixamos em 1/3 da taxa, sendo da sua responsabilidade o pagamento dos honorários dos respectivos defensores, de acordo com a tabela.

4. Na procedência parcial do pedido de indemnização civil formulado pelo assistente, condenar os arguidos António Fortunato, Maria Clotilde e Francisco José, solidariamente, a pagar-lhe a quantia total de € 76.000,00 (setenta e seis mil euros), a que acrescem os juros de mora à taxa legal devidos desde a prolação desta decisão⁹ - quanto à quantia de € 40.000,00 - e desde a notificação para contestarem quanto ao restante valor - danos patrimoniais, dele absolvendo o demandado João Carlos Carrola;

5. Custas cíveis na proporção do decaimento.

⁹ Ver o Acórdão do S.T.J. Unificador de Jurisprudência nº 4/2002 de 9-5-02, publicado no DR 1ª série A de 26-6-02.



CÍRCULO JUDICIAL DA COVILHÃ

6. Remeta boletins ao registo criminal.

Deposite, artigo 372º/5 C P Penal.

Este acórdão foi elaborado pelo relator do processo, o signatário, pelo qual foi revisto, sendo rubricado supra e assinado infra pelos Juízes que compõem o Tribunal Colectivo.

Fundão, 13 de Abril de 2011.

(José Avelino Gonçalves)

(Alexandra da Graça Roboredo)

(Marcos Filipe Gonçalves)